

A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM QUATRO COLÔNIAS ITALIANAS NO PARANÁ.

Elaine Cátia Falcade Maschio

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes encontraram um quadro educacional bastante precário e até mesmo bem diferente daquele de seu país de origem.

A educação pública brasileira no período imperial era caracterizada por poucas escolas, que funcionavam com precariedade material e de pessoal e com baixa frequência escolar, tendo um número muito alto de crianças em idade escolar fora da escola.

A situação de precariedade e a falta de escolas públicas refletia-se também nas colônias de imigrantes no século XIX. A falta de escolas era reclamada pela maioria dos colonos, que, diante da demora da assistência por parte do governo quanto à educação, incumbia-se particularmente pelo ensino dos seus filhos. Em outros casos, principalmente na etnia italiana, os imigrantes pressionavam o governo para a abertura de escolas públicas nas colônias.

Convém lembrar que se nem mesmo a população paranaense tinha acesso a escolas públicas providas para seus filhos, quanto menos o imigrante, os quais os governantes, desde sua vinda, depositavam expectativas de mão de obra para trabalho e de crescimento econômico das províncias com o intuito de não despender mais gastos públicos com essa população.

Este artigo, refere-se a parte dos resultados da dissertação de mestrado defendida em 2005 pela Universidade Federal do Paraná, e pretende mostrar como a educação escolar primária foi constituída nas Colônias Italiana de Alfredo Chaves, Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correa, no Paraná em fins do século XIX. Apresenta como esses imigrantes contribuíram para a expansão da escolarização primária, quando pressionavam do governo a criação de escolas públicas que atenderiam tanto o filho do imigrante, quanto a população brasileira.

Sendo assim, podemos inferir que uma das grandes contribuições trazidas pela imigração foi a valorização da educação escolar e, conseqüentemente, a expansão da escolarização nas regiões coloniais.

Segundo Lúcio KREUTZ (2000) os imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas e de forte tradição escolar tinham uma maior preocupação pela escola e manifestavam tal preocupação ao criar ou reivindicar escolas para as colônias.

Mas além de proceder de regiões de forte tradição escolar e altamente escolarizadas, o que mais caracterizava o interesse dos imigrantes pela escola era o papel que ela desempenha.

A escola era considerada como uma instituição que desempenharia uma função importante para a manutenção da identidade cultural dos grupos. Ela seria responsável pela transmissão do idioma, dos valores, dos costumes e de crenças pertencentes ao país de origem, de modo que esse arsenal cultural fosse perpetuado, às novas gerações e na nova pátria.

Um segundo aspecto a ser ressaltado sobre a viabilização de escolas por parte dos imigrantes, foi a visualização desta instituição como um instrumento primordial para as primeiras aprendizagens do ler, escrever e contar. Alfabetizar significava retirar o homem da condição de *bestias* - expressão usada pelos colonos estabelecidos no Paraná em meados do século XIX, quando reclamavam ao governo a falta de escola nas colônias - e eleva-los a condição de humanos. Com esse caráter humanizador, a escola, por sua vez, tornava-se uma instituição central na organização social do grupo.

Portanto, a escola caracterizava-se por dois aspectos relevantes como: mantenedora da identidade cultural e civilizadora do homem.

Partindo desses pressupostos, cada etnia lidou com o processo escolar de forma diferenciada. Para alguns grupos étnicos a escola era fundamentalmente considerada como um instrumento de preservação da identidade; para outros, a escola era vista como uma instituição responsável pela aprendizagem além do seio familiar.

Dessa forma, diante da falta de escolas nas localidades em que foram estabelecidos, cada grupo étnico providenciou o ensino. Uns através de escolas comunitárias étnicas, os quais tinham o objetivo de manter mais fortemente a identidade do grupo; outros, que além de criarem escolas étnicas também

reivindicaram do governo a abertura de escolas públicas nas colônias, bem como, inseriram seus filhos nas escolas públicas já existentes mantendo um contato maior com a população brasileira já estabelecida. Ao estudarmos o processo escolar entre imigrantes italianos, verificamos que embora as escolas étnicas italianas mantidas pelas associações de mútuo socorro ou congregações religiosas estivessem presentes nas regiões colonizadas por esta etnia, a escola pública era extremamente reivindicada e foi prevalente.

Neste sentido, o presente trabalho apresenta como se deu a educação escolar entre imigrantes italianos que se estabeleceram, em fins do século XIX, nas quatro colônias localizadas nos arredores de Curitiba: as Colônias Alfredo Chaves, Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correa¹.

1.1 A chegada dos imigrantes italianos ao Paraná e a formação das colônias.

A partir do ano de 1875 o Paraná recebeu um número significativo de imigrantes de nacionalidade italiana, através de um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa, e o empresário Sabino Tripoti, no ano de 1871 (BALHANA, 1958, p. 28). Um número significativo de imigrantes foi instalado, inicialmente, na Colônia Alexandra, criada no ano de 1875, e posteriormente na Colônia Nova Itália, em 1877. Ambas no litoral paranaense.

A proposta política imigratória estava pautada na distribuição de terras. A Província oferecia aos imigrantes que desejassem a posse da terra, pequenas propriedades para o plantio, buscando o desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente econômico da região. Porém, essa política foi afetada pelo mau planejamento colocando em evidência a situação lastimável das colônias, tornando quase impossível a sobrevivência dos imigrantes.

A maior parte do contingente de imigrantes estabelecidos no litoral dirigiu-se a Curitiba fixando-se em novas colônias formadas no ano de 1878, entre elas, a de Alfredo Chaves. Após o ano de 1875, a entrada de imigrantes italianos dava-se ano a ano. Entre os anos de 1886 a 1889, foram criadas as Colônias Antonio

¹ A região colonial de Alfredo Chaves corresponde hoje ao Município de Colombo, localizado na região metropolitana de Curitiba; as Colônias de Antonio Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correa, atualmente fazem parte do Município de Colombo como bairros rurais.

Prado, Presidente Faria e Eufrásio Correa. Esta última também conhecida por Capivari.

As colônias dinamizaram formas de organização social, condizentes com cada grupo de imigrantes que nelas se estabeleceu e com a interação que esses diferentes grupos fizeram com a população brasileira. A *Colônia Alfredo Chaves*, criada no ano de 1878 recebeu o nome do Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. As terras que formaram o núcleo foram divididas em 80 lotes (dentre estes, lotes rurais e urbanos) e receberam 40 famílias de imigrantes. Cada família de imigrante recebeu do governo o lote, que deveria ser pago à medida que, com o rendimento do trabalho nas terras do próprio lote, pudesse ser quitado.

Inicialmente, ao se estabelecerem naquele núcleo, os imigrantes instalaram-se em dois barracões de madeira até que suas casas fossem construídas. As casas foram construídas pelo governo e seguiam o modelo estabelecido no contrato de 16 de outubro de 1878. No dia 4 de janeiro de 1879, foi emancipada e foram solicitadas pelos colonos as construções de uma igreja, um cemitério e uma escola pública.

Em virtude da demora de atendimento pelo governo até meados daquele ano, os próprios colonos providenciaram estas construções. Primeiramente, a igreja e o cemitério foram construídos. Para a construção da capela, os colonos propuseram ao governo o reaproveitamento das madeiras dos barracões onde inicialmente foram instalados. Como acabaram construindo-a por conta própria utilizaram este material. A escola pública foi viabilizada posteriormente em 1882.

A *Colônia Antonio Prado* foi criada em 1886 com a compra das terras do Sr. Roberto Lunkmoss por parte do governo. Localizava-se nas proximidades da colônia Alfredo Chaves e abrigava 26 famílias de imigrantes de origem polonesa e 12 famílias de origem italiana. A colônia era dividida em 54 lotes, sendo reservado um lote para a construção da escola e o outro para a capela. Segundo FERRARINI (1992, p.189), no dia da sua inauguração, a colônia contava com 59 lotes, sendo 37 ocupados por 36 famílias, e com o total de 170 indivíduos (italianos e poloneses), que se dedicavam exclusivamente à agricultura.

A *Colônia Presidente Faria* foi fundada no ano de 1886. O Presidente da Província, Joaquim Almeida Faria Sobrinho, adquiriu terras do proprietário Albino Gonçalves Guimarães. As terras faziam parte da Fazenda do Canguiri – Sesmaria do Timbu. A colônia era dividida em 51 lotes, sendo um lote para abrigar uma igreja e uma escola.

O povoado de Capivari teve partes de suas terras compradas dando início a uma pequena colônia de imigrantes italianos composta por 20 lotes: a *Colônia Eufrásio Correa*. Sua formação foi basicamente semelhante à das demais colônias, com terras compradas pelo governo, de famílias brasileiras que ali habitavam. Foi fundada em 1888. Desde 1890, esta colônia atende pelo nome de Capivari.

1.2 A educação escolar nas colônias.

O processo escolar nestas colônias foi composto por escolas públicas e étnicas e não atendeu somente os filhos dos imigrantes, mas também os filhos de inúmeras famílias brasileiras que já habitavam a região. Por isso, convém ressaltar que a contribuição dos imigrantes pela expansão da escolarização tanto da região quanto do território paranaense foi um processo visível e efetivo.

O posicionamento dos imigrantes italianos da *Colônia Alfredo Chaves* foi, desde sua instalação, o de pressionar o governo para a criação de uma escola pública e cobrar o bom funcionamento da escola.

No dia 11 de julho de 1882, os colonos enviaram ao Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo-assinado contendo 67 assinaturas, entre elas os de alguns brasileiros. Reclamavam por meio do requerimento a falta de aulas públicas na Colônia, alegando que este benefício teria sido esquecido pelo Governo. Solicitavam a criação de uma escola pública promíscua, informando haver na Colônia um número elevado de crianças, cerca de 140 de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade e, ainda, muitos filhos de brasileiros que também necessitavam em receber educação (REQUERIMENTO, 1882, p.58-59).

Após tais esforços a primeira escola pública de primeiras letras foi criada legalmente, no mesmo ano. O Presidente da Província atendendo, finalmente, o pedido dos colonos cria uma escola promíscua, no dia 22 de julho de 1882, conforme consta no ofício, expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle. Tomou posse nesta cadeira o professor Antonio José de Souza Guimarães, de nacionalidade brasileira, formado pela Escola Normal da Capital, cidade onde residia. Embora parte do território já fosse habitada por famílias brasileiras, nenhum registro foi localizado que atestasse a existência de uma escola pública ou particular anterior a esta data.

A escola pública foi a instituição central no processo de escolarização desta colônia, porém, a escola étnica também tornou-se presente no seio daquela comunidade. No ano de 1905, a Società Italiana de Mútuo Soccorso Christoforo Colombo mantinha uma escola étnica italiana onde à freqüência era permitida exclusivamente para meninos e filhos dos membros daquela entidade. As aulas eram dadas em idioma italiano e no ano de 1910 contava com a freqüência de 40 meninos.

Em 1917, outra escola étnica entra em funcionamento: o Colégio Santo Antonio. Dirigido pelas Irmãs Italianas Apostolas do Sagrado Coração de Jesus, o colégio abrigava 200 crianças. As aulas eram ministradas em idioma italiano e os alunos tinham aula de catequese. Alguns registros apontam a presença de filhos de brasileiros nesta escola. O fato não é de todo improvável, pois como vimos anteriormente, havia precariedade no ensino primário paranaense e faltavam escolas para a população.

Embora as escolas étnicas tenham surgido nesta colônia, a escola pública foi a instituição central no processo escolar entre os imigrantes daquela colônia. Mas, a prevalência da escola pública também se deu nas demais colônias que abordaremos a seguir.

No ano de 1887, já havia uma escola particular para atender o ensino dos filhos de imigrantes que habitavam a *Colônia Antonio Prado*. Entretanto, a escola foi fechada sob a justificativa, da professora Maria D'Assunção Gonçalves, da insuficiência da subvenção concedida pela Província, considerando a extremada

pobreza dos pais, impossibilitados de ajudar na manutenção de seus proventos. A subvenção paga pela Província não era compensadora diante dos esforços que a professora teria que despender para ensinar os alunos que tinham dificuldades para aprender em idioma nacional.

Cumprido notar, que apesar de ser uma colônia de imigrantes, a escola recebe subvenção do governo, no entanto era pública, e a professora por sua vez, era de nacionalidade brasileira. Não se têm indícios da reabertura desta escola. Somente em 1892 foi possível encontrar um requerimento do professor José Fabris, de origem italiana, pedindo subvenção para uma escola particular que mantinha na Colônia Antonio Prado. Esta escola era freqüentada por 35 alunos, cuja maioria era de nacionalidade italiana e polonesa. Apesar de o professor José Fabris ser imigrante e haver somente um aluno brasileiro, a aula deveria ocorrer na língua nacional, uma vez que, a subvenção do governo só seria concedida se as aulas fossem ministradas em língua nacional, tornando-se assim uma escola pública. Entretanto, não se pode descartar que a língua italiana fosse empregada em certos momentos.

Nota-se que mesmo após o fechamento da escola pública, os imigrantes novamente providenciam a viabilização do ensino. Desta vez, escolhem um dos seus como professor, entretanto, recorrem ao governo a manutenção da escola.

Conforme KREUTZ (2000), para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que eles deveriam despender na sua manutenção. Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas. Além disso, a escola pública, em que seus filhos aprenderiam o idioma português, era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Através dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, que facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos junto à sociedade. Poderiam eles “far la mérica” (fazer a América), ditado que circulava entre os imigrantes italianos.

O processo escolar na *Colônia Presidente Faria* se deu também através de uma escola subvencionada pelo governo. Era regida desde o ano de 1894 pela professora italiana Joanna Antonelli. No ano de 1899, tinha a frequência de 40 alunos. Segundo documentos, a escola funcionava em precárias situações: havia somente quatro bancos-carteiras cedidos pelo governo; faltavam a mesa do professor, o quadro negro e outros materiais.

Nesta colônia, a escola foi muito reivindicada. Mesmo em funcionamento da escola, os pais dos alunos enviavam freqüentemente requerimentos ao governo reclamando qualquer por menor que pudesse afetar o andamento das aulas. A escola nesta colônia atendia todas as crianças em idade escolar da região e de localidades vizinhas com falta de escolas.

Somente a *Colônia Eufrásio Correa* apresentou um cenário educacional um tanto diferenciado. Mesmo sendo a escola pública a instituição que atendeu o ensino dos imigrantes estabelecidos naquela colônia, a criação de uma escola pública se deu pela população brasileira. Entretanto, aqueles imigrantes enviaram seus filhos naquela escola viabilizada por aquela população.

Em 30 de abril de 1891, o professor Antonio Manoel Goulart solicitou a subvenção ao governo para a escola do povoado de Capivari. De acordo com uma lista de frequência desta escola constavam 28 alunos, todos eram filhos de famílias brasileiras que ali já habitavam. Após este ano, são verificadas matrículas de alunos de nacionalidade italiana que chegaram à região em 1888. Neste ano, parte das terras da localidade de Capivari foi comprada pelo governo para a formação da pequena Colônia Eufrásio Correa.

Um aspecto que merece ser ressaltado, refere-se a questão da demora dos imigrantes em enviar seus filhos a escola. Considerando o interesse manifestado pelos imigrantes da Colônia Alfredo Chaves, em que a criação de uma escola esteve entre os primeiros pedidos. Já os imigrantes da Colônia Eufrásio Correa (povoado de Capivari) matricularam seus filhos na escola somente três anos depois de sua instalação e um ano após a criação da escola.

A criação da escola de Capivari deu-se por brasileiros que ali já habitavam. Esta poderia ter sido uma das razões que motivou a demora da matrícula das

crianças italianas nesta escola. Nesta direção, o idioma poderia ter interferido na decisão de não enviar os filhos a uma escola onde não se ensinasse a língua materna. Uma vez que, as aulas eram ministradas em língua nacional, e não raras vezes encontraram-se nos documentos referências às dificuldades de aprendizagem dos alunos filhos de imigrantes que freqüentavam aquela escola.

Porém, consideramos a possibilidade de que houve inicialmente um período de adaptação à nova terra para depois se pensar na instrução dos filhos, diferentemente do grupo que se instalou inicialmente na Colônia Alfredo Chaves.

A partir da análise do Relatório do Padre Pietro Colbacchini, de 1895, pode-se afirmar essa hipótese. Durante estes três anos, os imigrantes que se instalaram na região do Capivari, vivenciaram uma série de problemas que dificultou sua adaptação e inviabilizou qualquer empenho relativo ao ensino escolar. O padre descreve a situação de pobreza, enfrentada por alguns imigrantes que chegaram ao Estado do Paraná após o “primo tempo”, ou seja, após a chegada dos primeiros contingentes de imigrantes italianos que tinham como destino as colônias do litoral, por volta de 1870.

A atenção dispensada pelo governo aos imigrantes que chegaram posteriormente tinha sido muito diferente daquela recebida pelos primeiros imigrantes. Para exemplificar a situação, cabe lembrar o relato do Padre Colbacchini sobre a precariedade em que encontrou os imigrantes italianos instalados na Colônia Eufrásio Correia (povoado do Capivari):

Eu mesmo tive que recorrer, uma vez em 1888 ou 1889 ao Ministro italiano residente no Rio de Janeiro para que solicitasse ao governo prover de urgência as estreitas necessidades de um núcleo colonial de 37 famílias a pouco estabelecidas nos matos do Capivary e abandonados a si mesmo sem nenhum meio de sobrevivência. Enquanto isso eu tinha que enviar àqueles miseráveis alguns sacos de farinha para que não morressem de fome, e alguns de feijão para semear nos terrenos a eles consignados. Alguma providência vinha sendo dada, mas escassa, e a mim produziu malevolência de quem se viu constrangido, embora só em parte, a cumprir o seu dever. Outras vezes os apelos tornaram-se completamente em vão (COLBACHINI, 1968, p.360).

O documento permite entender o motivo pelo qual aqueles imigrantes não enviaram seus filhos à escola no ano de 1888. Segundo o Padre Colbacchini,

esses imigrantes foram abandonados naquela pequena colônia, sendo difícil o período de sua instalação a ponto de lhes faltar comida. A prioridade, naquele momento, certamente era a sobrevivência, ficando em segundo plano a escolarização das crianças. Desta forma, talvez não seja conveniente atribuir a demora do envio das crianças à escola à falta de interesse por parte dos italianos; a motivação parece ter sido realmente a difícil e lenta adaptação.

Apesar das especificidades que marcaram a inserção dos filhos de imigrantes da Colônia Alfredo Chaves e os da Colônia Eufrásio Correa no processo escolar, observa-se que, em ambos os casos, a inserção ocorreu em escolas públicas.

Assim concluindo, a importância atribuída à escola por parte dos primeiros imigrantes italianos que se estabeleceram na região no final do século XIX possibilitou o surgimento da escolarização nessas localidades.

Embora se tratando nos primórdios das colônias italianas, o processo de escolarização primária ocorreu através da abertura de escolas públicas. Para a comunidade italiana, a viabilização de escolas públicas era fundamental, pois se tornava necessária a aprendizagem do português para estabelecer e facilitar as relações comerciais com a população brasileira. Surgem, neste contexto, até mesmo, escolas noturnas em idioma português para atender o adulto imigrante. Já as escolas étnicas não foram totalmente ausentes neste processo. Elas surgiram 25 anos depois.

A viabilização das escolas públicas tanto atendeu aos objetivos dos imigrantes italianos, como possibilitou à população brasileira o acesso ao ensino institucionalizado. Não foram encontrados registros que indiquem a existência de escolas na região anterior à chegada dos imigrantes. Assim, acredita-se que as escolas públicas criadas entre os anos de 1882 a 1890 nas colônias, foram as primeiras da região, viabilizando o ensino tanto para os imigrantes quanto para os brasileiros.

Dessa forma, após a abertura dessas primeiras escolas o surgimento de novas escolas foi inevitável. Isso caracteriza e ilustra a afirmação, anteriormente

citada, de que uma das grandes contribuições da imigração no século XIX tenha sido a expansão da escolarização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.

BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEM, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

COLBACCHINI, Pietro. Lê condizione degli emigranti nello stato di Paraná in Brasile. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.

FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba: Lítero Técnica, 1973.

MIMESSE, Eliane. **A educação e os imigrantes italianos**: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2001.

KREUTZ, Lucio. Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 347-370.